

-----**ACTA N.º 25/2010**-----

-----Aos 12 dias do mês de Novembro de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião o Senhor Vereador Victor Martins Santos.-----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior, coadjuvada pela Assistente Técnica Dina Maria da Silva.-

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dado conhecimento da justificação de faltas dos Senhores Vereadores José Luís Saúde Cabral; Júlio Manuel dos Santos e António Graça Silva à reunião do dia 3 de Novembro do corrente.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou aceitar as justificações de falta. - -----

-----Foi também dado conhecimento da justificação de falta do Senhor Vereador Victor Martins Santos, à presente reunião.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou aceitar a justificação de falta. - -----

-----**APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DE 13/10/2010 E 20/10/2010**-----

-----Foram presentes as actas número 22 e 23, das reuniões ordinárias do Executivo de, 13/10/2010 e 20/10/2010, cujos textos foram previamente distribuídos por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.

-----**Dispensada a sua leitura, foram as mesmas aprovadas, por maioria, com uma abstenção, do Senhor Presidente da Câmara, por não ter estado presente nas referidas reuniões.**-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Vice-Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs que a próxima reunião de Câmara passe de 17 para 24 de Novembro, pelo facto de haver uma proximidade de datas.-----

-----**A Câmara tomou conhecimento.**-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** começou por dizer que pretendia ser esclarecido sobre duas questões:-----

- 1. Situação do Senhor Vereador António Silva; -----
-----2. Festival da Castanha. -----

-----Questionou quando termina o pedido de suspensão de mandato apresentado pela Vereadora, com mandato suspenso, Maria José Costa e se já apresentou algum pedido de renúncia. -----

-----Pretendeu saber qual o balanço e qual o programa do Festival da Castanha. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que, nos termos da lei o prazo termina dia 18 de Novembro de 2010. Mais informou que até à presente data ainda não foi recepcionado na autarquia qualquer comunicação da Senhora Vereadora, em suspensão de mandato. -----

-----Relativamente ao Festival da Castanha disse que à imagem dos anos anteriores o balanço era positivo e que o evento teve um programa amplamente divulgado, que foi cumprido escrupulosamente. Disse que sendo o Senhor Vereador natural de Prados deveria ter a preocupação em estar a par destes eventos e prestigiá-los com a sua presença. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que tinha votado contra a atribuição do subsídio para este evento e como tal não tinha comparecido. Disse que, na sua opinião estes eventos deveriam ser suspensos enquanto a Câmara Municipal não tivesse a sua situação financeira estabilizada. Disse que concorda que sejam realizadas acções que dinamizem a economia do concelho e o turismo, mas não lhe parece que seja este o caso.- -----

-----Disse ainda que, garantidamente a receita do festival foi superior ao subsídio que foi atribuído pela autarquia, o que demonstra que é auto-suficiente, pelo que, não havia necessidade de se ter atribuído o subsídio. --

-----O Senhor **Presidente da Câmara** reiterou que o festival foi um sucesso e que o objectivo da autarquia ao apoiar este tipo de eventos não é o lucro, mas sim fazer uma divulgação dos produtos e permitir o seu escoamento, ajudando a economia rural local. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que foi atribuído um subsídio de 2000€ que serviu para cobrir as despesas do evento. Disse ainda que a Câmara assumiu as despesas de divulgação que irão constar de um relatório final relativo ao Festival da Castanha e do Borrego. -----

-----Informou que as pessoas que estiveram presentes no almoço pagaram e, a castanha e jeropiga consumida no magusto foram oferecidas.

-----Disse que este festival é uma mostra humilde comparativamente com outras que existem a nível nacional, mas que tem uma aceitação muito positiva, quer por parte dos habitantes de Prados, que desde o primeiro festival, se mostraram disponíveis e colaboradores, envolvendo-se na realização do projecto, quer pelos turistas que visitam o evento. -----

----- Informou que aquela região tem uma produção de aproximadamente 50 toneladas de castanha e este festival é uma oportunidade de poderem escoar este e outros produtos. Disse ainda que tem havido um aumento de participantes de ano para ano o que demonstra o sucesso do evento. -----

-----Disse que o festival ainda não tinha terminado, que ainda vão decorrer outras acções, nomeadamente o “Encontro Micológico” que irá ter lugar no próximo fim-de-semana, convidando desde já o Senhor Vereador Júlio Santos a participar. -----

-----Por último, o Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que o Senhor Vereador António Silva com a sua explanação acabou por lhe dar razão, uma vez que o evento poderia ter sido realizado sem o subsídio da Câmara, porque paga-se a si próprio. -----

-----ORDEM DO DIA-----

----- I - SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO-----

-----ASSUNTO: COLOCAÇÃO DE PARAGEM DE AUTOCARRO-----

-----**Requerente: Maria de Fátima Lucas Jacinto Morgado**-----

-----Foi presente informação interna do GTM n.º CN 330/2010, datada de 26/10/2010, referindo que foi solicitado, pela requerente a colocação de um sinal de paragem de autocarro, na Rua da Escola, junto ao depósito de água, na localidade de Aldeia Rica.-----

-----Informa a Técnica que após deslocação ao local, verificou que existe a possibilidade de ser aprovada uma paragem de autocarros, em segurança para o trânsito e peões. Solicitou ainda informação ao cobrador de água de Aldeia Rica, concluindo que existem 7 habitações com residentes permanentes, tendo em média 4 pessoas por habitação, desde a paragem de autocarros já existente, junto à Escola Primária e a zona do depósito de água.-----

----- Mais informa que nos termos da lei é competência do Executivo aprovar a sinalização nas vias sob a sua jurisdição, pelo que caso deliberem nesse sentido, deverá ser aprovado um sinal H20a, conforme planta que anexa à presente informação.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a sinalização de paragem de autocarro, com a colocação de um sinal H20a, na localidade de Aldeia Rica, na Rua da Escola, junto ao depósito de água.**-----

-----**II - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Manuel Pacheco Gomes**-----

-----Foi presente requerimento n.º 714, datado de 20/10/2010, em nome de Manuel Pacheco Gomes, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Rua da Corredoura, freguesia de São Pedro, inscrito sob o artigo matricial n.º 601, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de

habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1984. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que o requerente alude, foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Maria da Glória Ferreira da Fonseca Coelho**-----

-----Foi presente requerimento n.º 736, datado de 26/10/2010, em nome de Maria da Glória Ferreira da Fonseca Coelho, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Largo da Lage, freguesia de Vide-entre-Vinhas, inscrito sob o artigo matricial n.º 494, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de

Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2007. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que o requerente alude, foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição da requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: António Manuel Gomes de Almeida**-----

-----Foi presente requerimento n.º 728, datado de 25/10/2010, em nome de António Manuel Gomes de Almeida, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Videirões, freguesia de Vide-entre-Vinhas, inscrito sob o artigo matricial n.º 475, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2002. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que o requerente alude, foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Teodoro Duarte de Almeida Pais**-----

-----Foi presente requerimento n.º 741, datado de 27/10/2010, em nome de Teodoro Duarte de Almeida Pais, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Terreiro, freguesia de Lageosa do Mondego, inscrito sob o artigo matricial n.º 762, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que a edificação existente foi construída antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1995. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que o requerente alude, foi construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: FAZENDA DA ESPERANÇA - ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS**-----

-----**ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS E APOIO TÉCNICO**-----

-----Foi presente requerimento da Secção de Obras Particulares n.º 752, datado de 29/10/2010, referindo que foi solicitado pela Fazenda da Esperança – Associação Sem Fins Lucrativos, a isenção de taxas e apoio técnico referente à construção de um edifício de habitação, sito na freguesia de Maçal do Chão, concelho de Celorico da Beira.-----

-----Sobre o requerido, foi apresentada informação técnica com o seguinte teor:-----

-----Após análise da legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e a alínea a), do ponto 4, do art. 14.º, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, onde refere que: -----

-----“As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a prossecução dos respectivos fins estatutários”, estão isentas do pagamento de taxas. -----

-----Atendendo que estamos perante uma associação sem fins lucrativos, mas sendo os seus fins estatutários os mesmos que os das associações descritas, a mesma enquadra-se na alínea a), do n.º 4, da legislação referida. -----

-----A associação em apreço não carece de título da Conservatória do Registo Civil, por se tratar de uma associação sem fins lucrativos. -----

-----No que se refere ao apoio técnico o mesmo encontra-se enquadrado no n.º11, do art. 14.º, do regulamento referido. -----

-----Face ao exposto considera ser de deferir a pretensão do requerente.-

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a Fazenda da Esperança – Associação sem Fins Lucrativos do pagamento de taxas e conceder apoio técnico no que concerne à construção de um edifício de habitação, sito na freguesia de Maçal do Chão.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**III - GABINETE JURÍDICO**-----

-----ASSUNTO: RATIFICAÇÃO - RESCISÃO CONTRATO DE EMPREITADA CELEBRADO COM ISOLFREI - ESTUDOS E EMPREITADAS DE ISOLAMENTOS E REVESTIMENTO L.DA-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 25/10/2010, com registo interno n.º 3707, dando conhecimento que na sequência do contrato referente à empreitada “Obras de Conservação do Gimnodesportivo de Celorico da Beira”, celebrado entre esta edilidade e a empresa ISOLFREI – Estudos e empreitadas de isolamento e revestimento Lda., em 30/11/2006, o qual não foi cumprido, apesar das diversas comunicações/notificações para o efeito, haverá a necessidade e urgência em terminar a execução da obra em curso, para que o Município abra procedimento concursal para o efeito, é necessário notificar a empresa da rescisão do contrato celebrado entre as partes. -----

-----Nos termos da lei, solicita-se a ratificação do despacho do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 25/10/2010, onde é solicitado que seja comunicado à empresa ISOLFREI a rescisão do contrato. -----

-----**A Câmara deliberou, nos termos da lei, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Vice-Presidente, com data de 25/10/2010, referente à rescisão do contrato com a empresa ISOLFREI, por incumprimento do mesmo.** -----

----- ASSUNTO: RECTIFICAÇÃO À ISENÇÃO DE PAGAMENTO IMT – PAULO JORGE DA COSTA GARRIDO PACHECO -----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 26/10/2010, referindo que foi requerido pelo Senhor Paulo Jorge da Costa Garrido, contribuinte fiscal n.º 209273151, residente em Avenida Nossa Senhora do Bom Sucesso, n.º 9, 1.º Dto., em Porto da Carne, isenção do pagamento de Imposto Municipal, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 3, do artigo 39-B da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12/2006, alterada pelo

Decreto-Lei n.º 108/2008 de 26 de Junho, referente ao imóvel sito na Encosta do Sol, lote 4, fracção G, registada na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira sob o n.º 995, tendo sido deliberado, em 14/10/2010, a isenção requerida.-----

-----Mais informa que presentemente veio apresentar novo requerimento em que solicita também a isenção para a mesma fracção a favor de Fátima Alexandra do Nascimento Saraiva, portador do bilhete de identidade n.º 11967883, de 20/4/2007, emitido pelo arquivo de identificação da Guarda, número de contribuinte n.º 209363185, residente no Bairro Nossa Senhora de Fátima n.º 14, Ratoeira, freguesia de Celorico da Beira.-----

----- A isenção pretendida, tem enquadramento legal e foi objecto de deliberação em Assembleia Municipal, ficando isentos do Pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis as aquisições:-----

-----a) Por jovens, com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos, de prédio ou fracção autónoma, de prédios urbanos situados nas áreas beneficiárias, destinado exclusivamente à primeira habitação própria e permanente, desde que o valor sobre o qual iria incidir o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados, acrescidos de 50%;-----

-----Assim sendo os requerentes preenchem os requisitos legais exigidos, sendo possível beneficiar da isenção.-----

-----**A Câmara nos termos do disposto na alínea a), n.º 3, do art. 39.º B, da Lei n.º 53-A/2006, de 29/12/2006, alterada pelo Decreto-Lei n.º 108/2008, de 26 de Junho, deliberou isentar do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), os Senhores Paulo Jorge da Costa Garrido Pacheco e Fátima Alexandra do Nascimento Saraiva, referente ao imóvel sito na Urbanização Encosta Sol, lote 4, Fracção G, em Celorico da Beira, registado na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira, sob o n.º 995.**

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: DOAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO**-----

-----Foi presente informação do Gabinete Jurídico, com o registo interno n.º 3710 e datada de 28/10/2010, dando conhecimento que existindo a necessidade em alargar o caminho público de Casas do Rio e existindo vontade do Senhor Carlos Fernandes da Costa, portador do B.I n.º 1565207, emitido em 16/3/2004, pelo arquivo de identificação da Guarda, n.º de contribuinte n.º 133841499, residente na Rua do Comércio, Celorico da Beira-Gare, Fornotelheiro, em doar uma parcela de terreno com a área de 186,00 m² do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 1218 (prédio rústico denominado “Quinta dos Alhais”), para esse fim, solicitando como contrapartida que seja reconstruído o muro existente no local em pedra idêntica à existente (pedra pequena solta com argamassa) e recolocada a rede no muro. -----

-----Assim sendo, propõe, nos termos do disposto na alínea h), do n.º 1, do art. 64.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11/1, que seja deliberado: -----

- a) A aceitação da doação da parcela com a área de 186,00m²; -----
- b) A obrigação do Município reconstruir o muro existente em pedra pequena solta com argamassa e recolocar a rede no muro. -----

-----**A Câmara, nos termos da alínea h), do n.º 1, do art. 64.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11/1, deliberou, por unanimidade, aceitar a doação da parcela de terreno com a área de 186,00m², do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 1218; -----**

-----**Mais deliberou que seja reconstruído o muro existente, em pedra pequena solta com argamassa e recolocar a rede no muro. -----**

-----**IV - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL** -----

-----**ASSUNTO: ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR - PRÉ-ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, com registo interno n.º 3695, datada de 28/10/2010, informando que considerando a deliberação de Câmara de 20/10/2010, em adoptar para a Acção Social Escolar no Pré-Escolar, no presente ano lectivo, os mesmos critérios de acção social escolar adoptados para o 1.º ciclo do ensino básico; -----

-----Considerando os diplomas legais, designadamente o Decreto-Lei n.º 52/2009, de 2 de Março e o Despacho n.º 18987/2009, que impõem a aplicação de valor unitário/refeição na Educação Pré-Escolar indexado ao escalão de abono de família definido pela Segurança Social; -----

-----Considerando os termos do Despacho Conjunto n.º 300/97, de 9 de Setembro, art. 3.º, n.º 3 “Nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, a comparticipação familiar terá em conta os serviços de apoio à família prestados...”. -----

-----Propõem os seguintes valores de comparticipação no prolongamento de horário, sendo que o valor da refeição será automaticamente renovável com a publicação do respectivo despacho anual.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que volta a insistir na questão da Creche Municipal, porque as creches são comparticipadas pela Segurança Social e continuar com esta situação é estar a desperdiçar esses recursos financeiros e a sobrecarregar a autarquia.-----

-----Disse que existente no concelho várias IPSS, algumas delas com reconhecidos méritos nesta área a quem a autarquia deveria entregar a gestão da creche.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que este assunto havido sido discutido com o responsável do Pelouro e que o mesmo se encontra em análise. -----

Escalão	Comparticipação Unitária/refeição	Comparticipação Prolongamento de horário
1.º	-	23,75€

2.º	0,73€	28,50€
3.º	1,46€	33,25€

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os valores de comparticipação de prolongamento horário e fornecimento de refeições, constantes na presente informação técnica. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----V - RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS AO CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DENOMINADA " PARQUE INDUSTRIAL A25"-----

-----ASSUNTO: ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA-----

-----Foi presente o relatório final de análise de propostas, relativo à empreitada em epígrafe. Após audiência prévia dos interessados e não tendo havido qualquer reclamação por parte dos concorrentes é proposto pelo Júri a adjudicação da empreitada denominada "Parque Industrial A25" ao concorrente, Embeiral – Engenharia e Construção, S.A, pelo valor de 803 263,22€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que a autarquia deveria ter o cuidado em conhecer os currículos das empresas que apresentam candidaturas a este tipo de concursos. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que as empresas quando concorrem apresentam um currículo de obras e também os alvarás e, numa fase seguinte pede-se informação adicional. Concorde que tem que haver um cuidado especial da autarquia com este tipo de obras e recomenda que comecem a pensar fazer *outsourcing* na área da fiscalização de obras, porque as autarquias são penalizadas pelo facto de não conseguirem fazer um acompanhamento capaz das obras em curso. ---

-----Relembrou que esta obra é um investimento muito importante para o concelho, que terá um financiamento de 80%.-----

----- O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que no passado essa fiscalização externa era assegurada pelo GAT e que sempre resultou muito bem, mas entende as preocupações do Executivo e também concorda que exista uma fiscalização externa para obras desta envergadura. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** concordou com os Senhores Vereadores e propôs que seja aberto um procedimento de contratação pública para estes fins e para esta empreitada em concreto. No futuro, para outras obras serão efectuados as mesmas tramitações caso a caso. -----

-----**Nos termos do relatório final de análise de propostas, a Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a empreitada denominada “Parque Industrial A25”, à firma Embeiral – Engenharia e Construção, S.A, pelo montante de 803 263,22€ (oitocentos e três mil, duzentos e sessenta e três euros e vinte e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**Deliberou ainda que seja efectuado um procedimento de contratação pública para aquisição de prestação de serviços relativos à fiscalização da obra em epígrafe.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VI - DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO -
DELEGAÇÃO DE CASTELO BRANCO**-----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO, A UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR, E AS CÂMARAS MUNICIPAIS (inseridas na área abrangida pela Delegação de Castelo Branco da DRCC), RELATIVO**

AO PROJECTO DESIGNADO DE "PLANO ESTRATÉGICO PARA O PATRIMÓNIO CLASSIFICADO"-----

-----Foi presente protocolo de colaboração mencionado em epígrafe, que estabelece a forma e as condições de colaboração entre a Direcção Regional de Cultura do Centro (DRCC), a Universidade da Beira Interior (UBI) e as Câmaras Municipais, subscritoras do mesmo, tendo em vista a concretização do projecto "Plano Estratégico para o Património Classificado".-----

-----**Após análise do documento a Câmara deliberou, por unanimidade, subscrever a proposta de protocolo de colaboração entre a DRCC a UBI e as Câmaras Municipais subscritoras, relativo ao projecto "Plano Estratégico para o Património Classificado"**.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 11:30h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----